

O Olhar de quem esteve lá: imagem e etnografia nos garimpos na Amazônia

Andréa Bittencourt Pires Chaves¹
Universidade Federal do Pará

Resumo: O presente texto propõe uma discussão sobre o uso da imagem no trabalho de campo etnográfico. Para tanto, foi necessário, primeiramente, conceituar a antropologia e o trabalho de campo etnográfico enfatizando o uso da fotografia como recurso inerente a coleta de dados. O enfoque foi direcionado para o debate da fotografia em uma pesquisa etnográfica no interior da Amazônia, no rio Tapajós. O relato desta experiência de pesquisa etnográfica apresenta uma relevância para a reflexão da imagem como elemento importante na relação entre o pesquisador, o pesquisado e o leitor da pesquisa. Neste caso, a imagem atua como mecanismo de aproximação entre os componentes desta tríade (pesquisador, pesquisa e leitor) na experiência vivenciada no campo de pesquisa. O leitor que não esteve lá visualiza o recorte feito por quem lá esteve. Assim como, a imagem permite uma relação de confiança e troca entre o pesquisador e o pesquisado.

Palavras-chave: imagem; etnografia; trabalho de campo.

BITTENCOURT PIRES CHAVES, Andréa. O Olhar de quem esteve lá: imagem e etnografia. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 11 (25): 265-280, janeiro a abril de 2024. ISSN: 2358-5587

¹ Possui graduação em Ciências Sociais pela União das Escolas Superiores do Pará (1991), doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (2003), mestrado em Sociologia Geral pela Universidade Federal do Pará (2002) e mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (2000). Atualmente é professora Titular da Universidade Federal do Pará. Professora do PPGSA e PPGSP do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

The perspective of those who were there: image and ethnography of mining in the Amazon

Abstract: This text proposes a discussion on the use of images in ethnographic fieldwork. To do so, it was first necessary to conceptualize anthropology and ethnographic fieldwork, emphasizing the use of photography as a resource inherent in data collection. The focus was directed to the debate on photography in ethnographic research in the interior of the Amazon on the Tapajós River. The report of this ethnographic research experience is relevant to the reflection of the image as an important element in the relationship between the researcher, the researched and the reader of the research. In this case, the image acts as a mechanism of rapprochement between the components of this triad (researcher, research and reader) in the experience lived in the research field. The reader who was not there can see the cut made by those who were there. Likewise, the image allows a relationship of trust and exchange between the researcher and the person being researched.

Keywords: image; ethnography; fieldwork.

La perspectiva de quienes estuvieron allí: imagen y etnografía de la minería en la Amazonía

Resumen: Este texto propone una discusión sobre el uso de imágenes en el trabajo de campo etnográfico. Para ello, primero fue necesario conceptualizar la antropología y el trabajo de campo etnográfico, enfatizando el uso de la fotografía como recurso inherente a la recolección de datos. El foco estuvo dirigido al debate sobre la fotografía en la investigación etnográfica en el interior de la Amazonia en el río Tapajós. El relato de esta experiencia de investigación etnográfica es relevante para la reflexión de la imagen como elemento importante en la relación entre el investigador, el investigado y el lector de la investigación. En este caso, la imagen actúa como un mecanismo de acercamiento entre los componentes de esta tríada (investigador, investigador y lector) en la experiencia vivida en el campo de investigación. El lector que no estuvo allí podrá ver el corte realizado por los que sí estuvieron. Asimismo, la imagen permite una relación de confianza e intercambio entre el investigador y la persona investigada.

Palabras clave: Imagen; Etnografía; Trabajo de campo.

O texto em tela apresenta uma discussão sobre a etnografia e o uso da imagem fotográfica considerando a experiência vivenciada em uma pesquisa realizada na intenção de compreender os problemas ambientais produzidos pela extração mineral do ouro ao longo do Rio Tapajós.

O objetivo do artigo foi discorrer sobre o uso da imagem no trabalho de campo etnográfico, na intenção de demonstrar a sua importância como mecanismo de aproximação entre os componentes da tríade: pesquisador, pesquisa e leitor, na experiência vivenciada no campo de pesquisa.

A bacia hidrográfica do rio Tapajós abrange os estados de Mato Grosso, Pará e Amazonas. A presente pesquisa etnográfica foi realizada no estado do Pará, especificamente no município de Itaituba, parte integrante da Amazônia com uma economia centrada na exploração mineral do ouro de forma ilegal, entre as décadas de 1980 e 1990. Neste período, a região do Tapajós despontou como uma das maiores províncias auríferas do mundo. Os dados apresentados são oriundos do trabalho de pesquisa no Programa de Controle da Garimpagem no rio Tapajós (CAMGA/Tapajós), elaborado e executado pela Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração (SEICOM/PA).

A presença do Estado nas áreas mais distantes da Amazônia é inócua, com importante ausência de políticas públicas nas áreas de saúde, de educação e ambiental entre outras áreas. Logo, o lócus da realização da pesquisa etnográfica carrega a marca da pobreza, da desigualdade socioeconômica e da destruição ambiental.

A antropologia demanda por uma aproximação espacial do seu objeto para traduzir as relações que lhes são intrínsecas. Para tanto, a etnografia ingressou como recurso metodológico da antropologia como “*uma arriscada viagem para encobrir grandes distâncias geográficas, culturais, étnicas, raciais e linguísticas*” (ZALUAR, 1994: 5).

A etnografia é um procedimento metodológico dotada de especificidades e relevância para captar detalhes de uma dada realidade (GEERTZ, 1989). Neste sentido, durante dois anos foram feitas viagens de campo para garimpos localizados no rio Tapajós, com a finalidade de realizar o trabalho etnográfico. Em média o tempo de cada etapa de campo, ao longo dos dois anos, era de quinze dias de permanência nas unidades produtivas.

Na oportunidade foram coletadas as informações e anotadas no Diário de Campo (DP), “*instrumento inseparável na reconstituição de fatos significantes à análise pretendida*” (JATENE, 2023: 25). Além disso, foram feitos registros fotográficos, recurso relevante para aproximar o leitor da realidade estudada. Nesta oportunidade, as imagens dos rostos estão desfocadas e foram divulgados apenas as iniciais dos nomes, forma de preservar a identidade dos informantes. Todo material empírico foi observado à luz do levantamento bibliográfico, compondo o material escrito, com a finalidade de divulgar os resultados. Especificamente, neste artigo, a questão posta é o uso da imagem fotográfica na pesquisa etnográfica.

Durante o trabalho de campo sempre foi empenhado o esforço para garantir uma presença sem importunar o cotidiano local. Cabe ao pesquisador utilizar as estratégias possíveis para o melhor conforto do grupo observado, excluindo o olhar inoportuno ou constrangedor. Na perspectiva de Jatene (2023: 25) “*as pessoas não podem se sentir na condição de investigadas*”.

Foram expostas, em um primeiro momento, as palavras iniciais sobre a antropologia e a etnografia. Posteriormente o texto seguiu com a pesquisa etnográfica nos garimpos de ouro no rio Tapajós. Por fim, foi construída uma reflexão da fotografia como elemento de aproximação entre o pesquisador, o pesquisado e o leitor.

A antropologia e a pesquisa etnográfica

As ciências sociais foram instituídas no século XIX por meio de um movimento intelectual, interessado na análise dos fenômenos sociais, atrelado ao mesmo prisma das ciências exatas e naturais. Os ensaios científicos dos séculos anteriores, em especial o método da ciência moderna, aviltou novas aventuras do pensamento humano na direção da compressão do mundo social.

Os desdobramentos da ciência moderna são, também, ao mesmo tempo, causa e consequências da expansão humana, revelando diversas formas de viver, peculiares maneiras de organização social, portanto, diferentes culturas. Narrativas de distintas sociedades foram sendo disseminadas e analisadas pelos cientistas no decurso do século XIX resultando no desenvolvimento das teorias antropológicas, ciência interessada na compreensão das diversas formas de cultura.

Os antropólogos empreenderam viagens para realizar pesquisa de campo, aproximando o pesquisador do local de estudo, configurando a etnografia como procedimento metodológico. De acordo com os preceitos da metodologia científica, a etnografia deve realizar um “relato honesto de todos os dados” (MALINOWSKI, 1978: 18) no propósito de garantir o registro das evidências. Teoria e método estavam conformados para o estudo das outras formas de organização social ou, como diria Mauss (2013: 10), “*coisas sociais em movimento*”.

No decurso do tempo, tecnologias foram sendo incorporadas no chamado “trabalho de campo”. Desenhos foram substituídos por fotografias possibilitando a apresentação do “instante” em detalhes para o leitor, permitindo um recorte da realidade com uma veracidade agregadora do fato em si, portanto real. Propositais são as colocações de Campos (2011: 238) apontando a importância da fotografia como uma “*ferramenta de registro e discursividade visual*” preciosa às ciências sociais e, especialmente, ao trabalho de campo etnográfico. A imagem possibilita aproximar distantes realidades. Torna-se evidente, portanto, que “*por intermédio das imagens, alguns seres humanos mostram-se, ou mostram seres humanos a outros seres humanos*” (FRANCE, 2000: 20).

A intenção da pesquisa etnográfica é alcançar os detalhes marcantes da cultura estudada trazendo tais minúcias à exposição, na comunidade científica e demais interessados. Destarte, relatar apresenta um impacto, demonstrar com a imagem adiciona uma dimensão de maior contundência ao fato, convertendo este ao patamar de dados documentais.

Considerando o exame de Boni; Moreschi (2007: 143), “*o verbal e o pictórico são cúmplices necessários para a elaboração de uma antropologia descritiva aprofundada*”. Somando o texto e a fotografia é possível obter um resultado profícuo à compreensão e à reflexão das formas de organização social.

Nesta direção, a experiência com a imagem fotográfica foi vivenciada em um trabalho de campo nos garimpos localizados em Itaituba, na região Amazônica do rio Tapajós, Estado do Pará/Brasil. Na ocasião da pesquisa o objetivo foi compreender o impacto ambiental provocado pela extração do ouro na floresta Amazônica. Itaituba, interior do estado do Pará, encontra-se aproximadamente 960 quilômetros de Belém (via aérea) e a 300 quilômetros por estrada de Santarém (FREITAS, 2007).

A extração do ouro no Rio Tapajós

O início da exploração aurífera foi essencialmente manual, utilizando equipamentos rudimentares tais como peóla, pá, picareta e outros. A lavra manual era feita em barrancos com área de 10m X 10m. O trabalho manual de garimpagem tinha a seguinte definição na voz dos garimpeiros.

Manual é o seguinte, o serviço é mais devagar, porque você tem que explorar com o seu próprio esforço, você faz força e tudo para conseguir alguma coisa de minério que vem de debaixo da terra, mas só que braçalmente mesmo... (Comunicação Pessoal do informante L.P. registrada no DP)

As dificuldades enfrentadas com o trabalho manual levaram ao uso de motores ao garimpo, explorando tanto o leito dos rios por meio de balsas, equipamento destinado à lavra dos sedimentos ativos dos rios, quanto os “barrancos”, com base no desmonte hidráulico da terra. O desmonte hidráulico, com o uso de motores, ficou conhecido como “chupadeira” ou “par de máquinas”, correspondendo a um motor acoplado a uma bomba d’água, com uma mangueira condutora da água bombeada por pressão por meio do bico jato para o desmonte e desagregação da terra.

Com o incremento tecnológico das balsas e do desmonte hidráulico ocorreu o crescimento da exploração aurífera, no rio Tapajós, e especificamente em um dos pontos de pesquisa, o Igarapé do Rato, aumentou a possibilidade de retirar o ouro que a atividade manual não conseguia. Ou seja, “É inquestionável que a mecanização acelerada tem sido a grande responsável pelo aumento da produção de ouro” (SALOMÃO, 1984: 65).

Trata-se de uma segunda fase da exploração, viável apenas para quem tinha um aporte de capital maior que os garimpeiros manuais e com consequências mais nocivas para o ambiente, pois a violência da degradação da floresta era bem maior, como pode ser percebido no relato abaixo:

A Currutela cresceu, junto o movimento da draga, balsas e manual, assim veio muita gente ...foi a época que a gente tinha tirado ouro, já tinha revirado a terra e a draga é o seguinte, os barrancos são grandes e, então passou a motorizar né, porque naquela intenção de dar vantagem, porque onde a gente passa trabalhando manual ainda fica muito ouro, aí a draga a gente torna a fazer ouro. (Comunicação Pessoal do informante L.P. registrada no DP)

Este tipo de extração mineral acende feridas profundas na floresta, causa assoreamento e contaminação dos rios, devido ao uso do mercúrio para limpeza do ouro. Por meio das imagens é possível conferir a utilização do mercúrio para limpeza do ouro, separando dos demais minerais.

Figura 1 – Garimpeiros manuais fazendo a separação do ouro com mercúrio. Fotos da autora



No geral, os rios e os igarapés ficam com uma aparência barrenta e com sério comprometimento dos seus níveis de água. A floresta é devastada, ficando clareiras abertas, sendo possível visualizar o impacto ambiental pelas imagens, “registros de evidências” (MALINOWSKI, 1978: 20):

Figura 2 – Igarapé do Rato no acampamento Castanheiro. Fotos da autora



Figura 3 – Imagem do assoreamento provocado pela extração do ouro. Foto da autora



Figura 4 – Imagem aérea da devastação da floresta. Foto da autora



Figura 5 – Imagem da devastação florestal. Fotos da autora



Os trabalhadores da extração de ouro enfrentam a floresta e contaminam a natureza, contudo são partícipes das relações contraditórias do capitalismo na Amazônia (ALMEIDA, 1990; IANNI, 1981; VELHO, 1990; MARTINS, 1986). Os trabalhadores apenas procuram a sobrevivência em meio à adversidade, de fato não carregam a dimensão das implicações de suas atividades para a destruição da Amazônia, pois compreendem os recursos naturais como passivos apenas de uso, sem a dimensão de finitude (CHAVES, 2023). Nessa linha de raciocínio, Sutton

(1994) também corrobora afirmando sobre a dimensão do desastre humano e ambiental protagonizado por trabalhadores, em situação análoga à escravidão, procurando sobreviver em meio a ilusão do ouro.

A etnografia do garimpo proporcionou o registro do modo de vida, “*multiplicidades de coisas em movimento*” (MAUSS, 2013: 10) prevalecendo, entre os sujeitos observados, a noção da existência infinita dos recursos naturais e a esperança de superar a miséria econômica, agora em tela.

A descrição do acampamento do garimpo

O nome “acampamento” foi originário das habitações transitórias dos trabalhadores das empresas que participaram da construção da transamazônica. Tanto o sr. P (dono do garimpo) quanto o sr. G. (Gerente do garimpo), chegaram na região através da empreiteira que construiu o trecho Itaituba-Jacareacanga-Pará/Brasil. A implantação de um acampamento incide diretamente em vasta destruição da floresta e a imagem fotográfica dimensiona o impacto ambiental provocado pela edificação estrutural de apoio a extração mineral do ouro.

Figura 6 – Vista aérea do acampamento.



No acampamento ficava localizado o dormitório do dono do garimpo, o dormitório do gerente, a cantina, a cozinha, o banheiro da cozinheira, o “fusão” (quarto) da cozinheira, o dormitório dos “peões”, o banheiro dos peões, a horta, o depósito de lenha e a oficina mecânica.

Figura 7 – Depósito de lenha e oficina mecânica. Foto da autora



Os dormitórios e demais cômodos eram hastes de madeira cobertas por uma lona de plástico e os banheiros apenas um quadrado com a proteção de tábuas

para tomar banho com balde de água retirada do poço. As necessidades fisiológicas eram feitas no chamado “pau da onça” um tronco de árvore a certa distância do acampamento, pois não existia rede sanitária.

Figura 8 – Espaços do acampamento.



Figura 9 – Dormitório. Foto da autora



Os bens de consumo encontrados na cantina e que não faziam parte do cardápio diário dos chamados “peões” pertenciam ao gerente, que os comercializava. Os itens da alimentação básica eram fornecidos pelo dono do garimpo, com base no termo estabelecido no acordo verbal com os “peões”.

A alimentação básica sofria uma variação de garimpo para garimpo, no acampamento em descrição a alimentação era composta de café, de milho, de ovos, de feijão/arroz e de carne distribuída em quatro horários de refeição: café da manhã, merenda, almoço e jantar. A carne de boi era servida diariamente, diferenciando este cardápio de outros garimpos.

A jornada de trabalho estendia-se ao longo do dia de segunda a sábado e domingo pela manhã. Os “Peões” acordavam às quatro horas, após o café, dirigiam-se ao “baixão” (local de extração do ouro), permanecendo até às dezoito horas. A merenda e o almoço eram levados pelo piloto da voadeira, devido à distância entre alguns “baixões” e o acampamento, enquanto naqueles mais próximos, os “peões” deslocavam-se até a cozinha.

Figura 10 – Piloto de voadeira. Fotos da autora



Figura 11 – Refeitório. Fotos da autora



No acampamento estudado não era permitido a ingestão de bebidas alcoólicas e nem visitas às boates próximas, exceto aos domingos. A diversão semanal restringe-se ao jogo de dominó até às vinte horas, momento em que era desligado o gerador de energia elétrica e todos dormiam.

Figura 12 – Passa tempo noturno no acampamento.



Um acampamento abriga inúmeras unidades produtivas chamadas de “bai-xões”, dependendo da propriedade destas unidades, estas são atreladas a uma

“Currutela”, local de comercialização e estabelecimento de serviços para atender os garimpeiros, como cantina, boate, delegacia.

A “Currutela” João Leite

A exploração aurífera na chamada “Currutela” João Leite, localizada à margem direita do igarapé do Rato, foi iniciada, segundo o sr. J. (Comunicação Pessoal do informante J. registrada no DP), em 1963, com a chegada de garimpeiros desbravadores que exploravam a região do Bom Jardim/Rio Tapajós e saíram à procura de áreas onde pudessem iniciar novas explorações.

A intenção era desbravar terras para justificar sua condição de primeiro, garantindo a posse da área e, por conseguinte, o direito de exploração e comercialização do solo e subsolo, utilizando a área desbravada para exploração e especulação. Trata-se de um contínuo deslocamento com a finalidade de conquistar terras propícias para a exploração garimpeira.

Até o Rato porque garimpo é assim, a gente vai para o garimpo é assim, a gente vai para o garimpo e não dá certo, aí a gente vai para outro por acaso, no Bom Jardim eu trabalhava como peão, aí teve convite para fazer uma exploração aqui no Rato, aquela ansiedade de a gente ser dono já, justamente foi o que aconteceu, aí nós éramos três e viemos, entramos no Tijupá, ali em baixo, que hoje é do seu T. e por lá nós localizamos esse garimpo que hoje traz o nome que há seis anos atrás todo mundo chamava Currutela do João Leite ... aí eu pulei na frente, nós achamos o garimpo para J.L., aí J.L. tocou. (Comunicação Pessoal do informante J. registrada no DP)

Após ser localizado o ouro, ocorreu o “boato” da recém-descoberta da exploração aurífera, provocando um fluxo de garimpo para o local explorado conhecido como “baixão”. “A gente localiza o serviço e às vezes a gente é três, então essas três pessoas como nós era, para achar o serviço foi só três. Agora, depois que localiza ocorre o boato, ah! Fulano está bamburrando” (Comunicação pessoal do informante J. registrada no DP).

A partir deste fluxo de garimpeiros trabalhando na extração proporcionam-se as condições necessárias para a formação da chamada “Currutela”, condicionada à produção de ouro. A montagem da chamada “Currutela” corresponde à edificação de barracos que abrigam a cantina e outros locais para a comercialização de gêneros diversos e até para a prostituição. Sua formação é atrelada a existência de ouro e seu proprietário é o desbravador do “baixão”. “Quem chegou primeiro mesmo fui eu que montei a cantina, essa coisa toda... daí depois que formou a Currutela vem chegando gente” (Comunicação pessoal do informante J. registrada no DP).

Figura 13 – Frente da “Currutela” João Leite. Foto da autora



A imagem apresenta a visão da “Currutela” a partir chegada de voadeira, destacando-se os latões de combustível na beira do igarapé do Rato. A “Currutela” é o entreposto de abastecimento do “baixão”.

Figura 14 – Estabelecimento comercial na “Currutela” João Leite.



O ingresso de outras pessoas para explorar o local ocorre por meio da autorização do proprietário. No caso da “Currutela” do João Leite a autorização para a entrada de novas pessoas era dada pelo seu J., pois na condição de desbravador, era considerado o dono do local. Posteriormente, pelo fato de ter “fracassado”, perdendo os meios de produção, já não era mais considerado dono do local e passou a trabalhar como empregado de outros. Em seu relato expressou sua condição: *“fui patrão, hoje sou empregado; coisas que acontecem na vida da gente ...”* (Comunicação pessoal do informante J. registrada no DP).

A passagem de patrão para empregado e ex-dono de “Currutela” para morador dela demonstra o mito presente por trás da liberdade do ouro na fase do extrativismo mineral na Amazônia. O rápido enriquecimento pode ser acompanhado da possibilidade do fracasso por inúmeros motivos: gastos com a busca de novos grotões de ouro; gastos com os prazeres que o dinheiro pode proporcionar e acidentes.

Durante o trabalho de campo pode-se escutar inúmeras histórias nos espaços de convivência da “Currutela” (figura 16), inclusive de acidente aéreo que levou o garimpeiro bamburrado a gastar toda a fortuna alcançada no resgate da família acidentada ou garimpeiros que ao enriquecer compravam carros sem saber dirigir e acabavam por acidentarem-se deixando os carros como sucata na beira da estrada.

A situação relatada pelo seu J. expressa a condição mítica do ouro liberto na Amazônia e o fato de necessitar de autorização para ocupar um espaço passa pela estrutura de poder local presente (condicionada a peculiaridades) em toda forma societária, reforçando a condição mítica da liberdade.

No garimpo paira sempre a possibilidade de dormir rico e acordar pobre, hoje ser dono e amanhã não, constitui-se uma condição de vida volátil diante das contingências, que para os garimpeiros estão relacionadas à sorte. No caso da “Currutela” do João Leite, no transcurso de sua existência, passou pela posse de várias pessoas: *“hoje a maior parte dessa “Currutela” pertence ao O. essa rua aqui toda é propriedade dele”* (Comunicação pessoal do informante J. registrada no DP).

Figura 15 – Espaço de convivência na “Currutela” João Leite.



A prostituição no garimpo

Durante os trabalhos de campo no Programa de Controle da Garimpagem no rio Tapajós (CAMGA/Tapajós), elaborado e executado pela Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração do estado do Pará (SEICOM/PA), foi observado a presença das “Mulheres da Boate” nas chamadas “Currutelas”. Nesta ocasião, um relatório de pesquisa foi elaborado sobre as Mulheres do Ouro: trabalho feminino nos Garimpos do Tapajós (RODRIGUES, 1994).

Concomitante a pesquisa nos anos 1990, denúncias foram feitas pelos pesquisadores do CAMGA/Tapajós sobre a presença de crianças e adolescente nas Boates dos Garimpos, levando a uma intervenção da Polícia Federal chamada de Operação Cuiú-cuiú (PIRES, 1993). A cinematográfica operação, transmitidas em diversos meios de comunicação não apresentou grandes resultados como aponta reportagem de Machado (1997):

O processo judicial aberto em 1992 sobre exploração sexual de adolescentes e manutenção de meninas como escravas em boates na vila Cuiú-Cuiú, área de garimpos em Itaituba (PA), está parado no Fórum local há dois anos e oito meses. Nenhuma das oito pessoas denunciadas foi julgada.

A presença do Estado nas áreas mais distantes da Amazônia é ineficaz, com importante ausência de políticas públicas nas áreas sociais. Logo, a pobreza, a desigualdade socioeconômica é espaço profícuo à prostituição infantil. A questão da prostituição é um problema latente na Amazônia e, especificamente, estava sempre presente nas “Currutelas” pesquisadas. Nas conversas informais realizadas com as meninas prostitutas, registradas no Diário de Campo, havia relatos de aceitação da vida de prostituição sem intenção de retornar ao convívio familiar no seu local de nascimento.

A condição de prostituta aparece, nos relatos, como a única alternativa encontrada perante a vida levada ao lado da família. Segundo as informantes, as meninas eram vendidas a “gatos” (intermediadores dos donos de boate) pelos próprios pais. A saída de uma menina do seio da família significava menos uma boca para alimentar, o ganho imediato de um dinheiro (quantia importante para um segmento social organizado na agricultura de subsistência que não tem fácil acesso a moeda circulante) e a expectativa dessa menina em ter um futuro melhor na cidade.

As meninas enfrentavam um hiato entre a vida miserável com a família e a vida arriscada, análoga à escravidão nas boates dos garimpos. Trata-se de um assunto polêmico, mas as fotos das jovens prostitutas refletem a situação vivida por

meninas na Amazônia e a imagem fala mais alto. Juventude e esperança de uma vida melhor em meio ao uso do seu corpo como estratégia de sobrevivência.

A questão envolve famílias camponesas expulsas da terra com seu grupo familiar desestruturado (ALMEIDA, 1990; IANNI, 1981; VELHO, 1990; MARTINS, 1986). Portanto, são condições fundamentais para propiciar que sempre se encontrem mulheres à espera de um “aliciador”. Estes, muitas vezes estão no próprio grupo social, revelando a extensão das redes de aliciamento que configuram uma modalidade de crime organizado (PIRES, 1993).

Figura 16 – Adolescentes no garimpo.



O que eu vou receber em troca?

O que eu vou receber em troca? Era uma pergunta recorrente durante o trabalho de campo. Tratava-se da inquietação dos moradores em torno de resultados que o trabalho de pesquisa poderia trazer para eles. Na relação entre o pesquisador e o pesquisado está posta um amanhado de conjecturas e construções sobre está dupla de personagens. Abordando esta relação, Bourdieu (2020: 8) expõe observações sobre como imaginava ser descrito por seus investigados: “*um etnólogo, um pouco ingênuo, cheio de boa vontade irrisória que o define profissionalmente: ele é um cara da cidade, ele é gentil, ele tem uma cara boa, ele me escuta, ele é educado*”.

Na relação estabelecida no trabalho de campo em tela, o garimpeiro almejava pelo menos que a sua foto fosse remetida após a sua revelação na cidade de Belém-Pará, pois gostaria de enviar para a sua família que estava tão distante, em alguma cidade do nordeste brasileiro, aguardando por notícias e pelos resultados financeiros da difícil e hostil empreitada do trabalho no garimpo.

A imagem, dado importante para a pesquisa, agrega igualmente, a função de permuta entre pesquisador e pesquisado estabelecendo importante laço e relação de confiança, imprescindível em um trabalho etnográfico. Segundo Andrade (2002: 26) “*a imagem acontece quando o observador está atendo às coisas que observa*”.

Destaca-se o ato de posar para a fotografia como expressão de uma epístola transmitida. Como destaca Campos (2011: 239) “*a imagem é entidade extremamente poderosa*” por meio da qual está a vontade de suscitar no outro uma reação. Muitas vezes foi solicitado posar para foto ao lado da pesquisadora (figura 17).

Figura 17 - Fotos enviadas, pelos correios, como forma de agradecimento aos garimpeiros.



Considerações finais

Este relato oferecido visou apresentar questões pontuais do trabalho de campo dando ênfase à imagem fotográfica como entidade colaboradora na reflexão acerca do objeto em estudo. Ao descrever os problemas relacionados à exploração do ouro, as imagens captadas pelo olhar da pesquisadora “que esteve lá” falam de forma mais enfática. Com as imagens fotográficas a situação presenciada fica mais real para “quem lá não esteve”, mostram a Amazônia, a floresta e a devastação, o modo de vida e as questões sociais latentes como a prostituição nos garimpos.

Obviamente é preciso destacar, também, a função de permuta da fotografia, pois as informações e a hospedagem oferecidas à pesquisadora eram trocadas por fotografias. No relatório de pesquisa as imagens fotográficas eram fatos transformados em dados. Para os garimpeiros a fotografia era o registro de um momento para guardar ou uma lembrança a ser enviada para a família.

Na guisa de sugestões está a necessidade da presença do poder público com atenção às populações da Amazônia tapajônica efetivando políticas públicas aos Amazônidas em situação de vulnerabilidade nessa região. Esses indivíduos são brasileiros destituídos do direito à cidadania plena. Somente com vultuosos investimentos em educação, saúde, saneamento básico, na promoção da cidadania, é que se faz a inserção da população Amazônida na sociedade, proporcionando condições para estes protagonizarem a sua própria história e assegurar um futuro próspero para o país sem ameaçar a região com a devastação florestal e contaminação ambiental da bacia hidrográfica do Tapajós.

*Recebido em 3 de agosto de 2023.
Aprovado em 30 de abril de 2024.*

Referências

- ALMEIDA, A. O intransitivo da transição. *Maria Fumaça*, 2 (1): 1-16, 1990.
- ANDRADE, R. de. *Fotografia e Antropologia: Olhares Fora Dentro*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002
- BONI, P; MORESCHI, B. A Importância da Fotografia para o Resgate Etnográfico. *Doc On-line*, 3: 137-157, 2007.
- BOURDIEU, P.; MOULOU, M. Sobre o uso apropriado da etnologia. *Contemporânea*, 12 (1): 11-31, 2022.
- CAMPOS, R. Imagem e Tecnologias Visuais em Pesquisa Social. *Análise Social*, 199 (1): 237-259, 2011.
- CHAVES, A. “A Currutela e o Mito do Ouro Liberto”. Reymão, A; Ferreira, O; Koury, S. (org.) *Estudos sobre a Amazônia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023. pp. 53-76.
- FRANCE, C. *Do Filme Etnográfico a Antropologia Fílmica*. Campinas: Editora Unicamp, 2000.
- FREITAS, U. *1973 Garimpo do Tapajós: terra sem lei*. Manaus: Valer, 2007.
- GERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- IANNI, O. *A Luta pela Terra*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- JATENE, I. “Tribos Urbanas” em Belém: Drag Queens rainha ou dragões? Belém: Paka-tatu, 2023.
- MACHADO, I. Processo está abandonado a quase três anos. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 27 abr. 1997.
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril, 1978.
- MARTINS, J. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- MAUSS, M. O Ensaio sobre a Dádiva. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- PIRES, A. *A Formação dos Núcleos Urbanos no Igarapé do Rato*. Belém: SEICOM, 1993.
- PIRES, A. “Operação Cuiú-Cuiú”. Mathias, A; Rehaag, R. (Org.) *Consequências da garimpagem no âmbito social e ambiental da Amazônia*. Belém: Fase; Katalyse, 1993. pp. 156-157.
- RODRIGUES, R. *Mulheres do Ouro: trabalho feminino nos Garimpos do Tapajós* Belém: SEICOM, 1993.
- SALOMÃO, E. O Ofício e a Condição de Garimpar. *Em Busca do Ouro*. São Paulo: Marco Zero, 1984.
- SUTTON, A. *Trabalho escravo*. São Paulo: Loyola, 1994.
- VELHO, O. *Capitalismo autoritário e Campesinato*. São Paulo: Difel, 1990.
- ZALUAR, A. *Memorial da Violência*. Campinas: Unicamp, 1994. (28 Cadernos IFCH).